



MEMÓRIA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Data: 7 de fevereiro de 2020

Horário: 9h30

Local: Sala de Reuniões Plenária do MME, 9º andar, Brasília-DF

1 - ABERTURA

O Presidente do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque, fez a abertura da 1ª Reunião Extraordinária, cumprimentando as autoridades presentes.

Em seguida, o Secretário-Executivo do CNPE passou ao exame dos assuntos da Pauta.

2 – MATÉRIAS PARA APROVAÇÃO DO CONSELHO

A Secretária de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Renata Isfer, apresentou proposta de resolução que institui o Grupo de Trabalho -GT cujo o escopo será realizar diagnósticos dos Sistemas de Segurança, Proteção e Monitoramento das áreas e ativos utilizados na exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, localizados nas Águas Jurisdicionais Brasileiras – AJB.

Após breve relato sobre as premissas, objetivos e composição do Grupo de Trabalho, fez-se a leitura da proposta de resolução e então foi dada a palavra para as contribuições. Dr. Plínio Nastari, Representante da Sociedade Civil, sugeriu a inclusão de um representante do Ministério do Meio Ambiente e um representante do Ministério da Infraestrutura.

Sobre a propositura da inclusão, o Secretário-Executivo do CNPE, José Roberto Bueno Junior, esclareceu que em reunião prévia este assunto foi tratado entre os ministérios representantes que tem assento no Conselho e após deliberação ficou decidido que o ministério ou outro órgão governamental que estiver envolvido no tema em análise, será convocado a participar do GT para esclarecimento e contribuição. Aceita a resposta do Secretário-Executivo por parte do Dr. Plínio Nastari.

Neste momento, o Ministro Bento Albuquerque fez um a parte solicitando que na próxima reunião do CNPE ocorra apresentação do Fórum Energia Brasil – Estados Unidos, realizado no Rio de Janeiro, para que o conselho tome conhecimento dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos.

Em seguida o Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, Décio Oddone, manifestou a importância do GT dada a vulnerabilidade dos ativos em todo o mundo. Ainda neste sentido, o Almirante de Esquadra Marcelo Campos reforçou a relevância da proatividade na proteção dos ativos, exemplificando citou a preocupação da Marinha em relação a Amazônia Azul e seu sistema de gerenciamento, ressaltando ainda que ao reforçar o sistema de proteção as áreas que serão exploradas serão valorizadas.

Após as manifestações, o Conselho aprovou a resolução proposta.

O Secretário-Executivo do CNPE, José Roberto Bueno Júnior em seguida, passou a palavra a Secretária de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Renata Isfer, que apresentou a proposta de

Resolução que estabelece diretrizes para a comercialização por produtor, de etanol combustível hidratado diretamente com Revendedor Varejista de Combustível Automotivos e Transportador-Revendedor-Retalhista (TRR).

Após os debates sobre a proposta de resolução apresentada pela Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, o Presidente do CNPE, Ministro Bento Albuquerque sugeriu a retirada deste tema da pauta tendo em vista as várias contribuições e a dúvida quanto à exequibilidade do tema em questão. Os membros do conselho acataram a sugestão

Na sequência, o Secretário-Executivo do conselho passou a palavra ao Diretor-Geral Décio Oddone para apresentação ao Conselho do resultado dos estudos e das deliberações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP sobre a comercialização por TRR, de gasolina automotiva C, óleo diesel B e etanol combustível hidratado com revendedor varejista de combustíveis automotivos e ponto de abastecimento; e a tutela regulatória do uso da marca comercial do distribuidor por revendedor varejista de combustíveis automotivos

A próxima apresentação foi ministrada por Marisa Barros, Diretora do Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo que fez um breve relato dos estudos conduzidos pelo Ministério de Minas e Energia no âmbito da Resolução CNPE nº 12 de 2019 que trata de novas formas de comercialização do Gás Liquefeito de Petróleo, - GLP. Registrou que o principal desafio será fornecer subsídios para formulação de medidas voltadas para a promoção da livre concorrência. O resultado desse estudo está publicado no site do MME e foi submetido ao CNPE na 38ª Reunião Ordinária, de 12 dezembro 2019. A apuração principal foi o conjunto de orientações para suporte à formulação de proposta regulatória. O próximo passo é a condução deste assunto dentro da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Na sequência, a Chefe da Assessoria Especial em Assuntos Regulatórios, Agnes da Costa, expôs as principais conclusões do Relatório do Grupo de Trabalho da Modernização do Setor Elétrico, o Plano de Ação e as frentes de atuação para adaptar regras e práticas setoriais para que o setor elétrico possa operar neste novo cenário.

Em seguida a Secretária Renata Isfer apresentou as Medidas e Ações para a Promoção da Livre Concorrência no Downstream. Iniciou traçando um panorama do setor de combustíveis, passou pelo diagnóstico do setor, indicou as ações e diretrizes do governo sobre o assunto. Finalizou com a Agenda Prioritária para 2020 que é o Programa Abastece Brasil, cujo os temas são os desafios do novo cenário downstream, o abastecimento de combustíveis de aviação e o combate à sonegação e à adulteração de combustíveis.

3 - ASSUNTOS GERAIS

O Secretário-Executivo do CNPE, José Roberto Bueno Junior, informou que o Balanço trimestral sobre o Novo Mercado de Gás encontra-se disponível em exemplar avulso, distribuído aos membros do Conselho.

Na sequência, passou a palavra para o Presidente do Conselho, Ministro Bento Albuquerque, para suas considerações finais.

O Presidente do CNPE agradeceu a participação ativa e contributiva nas reuniões do Conselho do Diretor da ANP, observou melhora na governança no preparo do plenário, ressaltou a inclusão do

Ministério da Infraestrutura na composição do Conselho e agradeceu a presença de todos os membros do Conselho e demais participantes. Com estas considerações, a reunião foi encerrada.